

DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE E A PREVALÊNCIA DE DOENÇAS CRÔNICAS EM MULHERES NO BRASIL

*SOCIAL DETERMINANTS OF HEALTH AND THE PREVALENCE OF CHRONIC
DISEASES IN WOMEN IN BRAZIL*

Guilherme de Andrade Ruela ¹ 

Fernanda de Freitas Ferreira ² 

Jéssica Leny Gomes Ferreira ³ 

Maria Aparecida Barbosa Alves ⁴ 

Esther Pereira da Silva ⁵ 

RESUMO

O presente estudo analisa a relação entre os determinantes sociais da saúde e a prevalência de doenças crônicas não transmissíveis em mulheres no Brasil, destacando os impactos das desigualdades socioeconômicas, raciais e ambientais na saúde feminina. Trata-se de um ensaio teórico fundamentado em revisão narrativa da literatura, com seleção de estudos acadêmicos publicados em bases de dados reconhecidas. A análise foi estruturada a partir de categorias temáticas relacionadas aos fatores sociais e ambientais que influenciam o desenvolvimento dessas doenças. Os resultados indicam que mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica apresentam maior predisposição a doenças como hipertensão arterial, obesidade e

Autor corresponde: Esther Pereira da Silva, pereira2652@gmail.com

1 Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

2 Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil.

3 Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), PB, Brasil.

4 Centro Universitário Maurício de Nassau- Campina Grande, PB, Brasil.

5 Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil.

diabetes, em função da precariedade no acesso a serviços de saúde, alimentação inadequada e sobrecarga de trabalho. A desigualdade racial também impacta a prevalência dessas doenças, sendo que mulheres negras e quilombolas enfrentam dificuldades adicionais devido ao racismo estrutural e à baixa escolaridade. Além disso, fatores ambientais, como exposição a poluentes e saneamento básico inadequado, aumentam o risco de doenças cardiovasculares e respiratórias. A saúde mental foi identificada como fator relevante, uma vez que transtornos como depressão e ansiedade potencializam o desenvolvimento de doenças crônicas. Conclui-se que políticas públicas voltadas à equidade na saúde são essenciais para reduzir essas disparidades, incluindo estratégias de promoção da saúde, assistência integral e ações afirmativas que garantam maior acesso a serviços de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde da mulher; Doenças crônicas; Determinantes sociais da saúde.

ABSTRACT

This study analyzes the relationship between social determinants of health and the prevalence of chronic non-communicable diseases in women in Brazil, highlighting the impact of socioeconomic, racial, and environmental inequalities on women's health. It is a theoretical essay based on a narrative literature review, selecting academic studies published in recognized databases. The analysis was structured around thematic categories related to social and environmental factors influencing the development of these diseases. The results indicate that women in socioeconomic vulnerability are more prone to diseases such as hypertension, obesity, and diabetes due to limited access to healthcare services, inadequate nutrition, and work overload. Racial inequality also impacts the prevalence of these diseases, as Black and Quilombola women face additional challenges due to structural racism and low education levels. Furthermore, environmental factors, such as exposure to pollutants and inadequate sanitation, increase the risk of cardiovascular and respiratory diseases. Mental health was identified as a relevant factor, as disorders such as depression and anxiety contribute to the development of chronic diseases. The study concludes that public policies aimed at health equity are essential to reduce these

disparities, including health promotion strategies, comprehensive care, and affirmative actions that ensure greater access to quality healthcare services.

KEYWORDS: Women's health; Chronic diseases; Social determinants of health.

INTRODUÇÃO

Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) são fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais que influenciam diretamente as condições de saúde da população e a distribuição de doenças, afetando especialmente grupos vulneráveis, como as mulheres. No Brasil, o impacto dos DSS na prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) entre mulheres é uma questão crítica de saúde pública, pois reflete desigualdades estruturais que afetam diferentes segmentos da sociedade de maneira desigual (MOTA, 2021).

As DCNT, como hipertensão, diabetes, obesidade, doenças cardiovasculares e dores musculoesqueléticas, apresentam alta prevalência entre as mulheres brasileiras, sendo influenciadas por fatores como nível socioeconômico, escolaridade, acesso a serviços de saúde, condições de trabalho e estilo de vida (CRUZ *et al.*, 2021). Estudos indicam que mulheres pertencentes a grupos socialmente marginalizados, como quilombolas e indígenas, enfrentam maiores vulnerabilidades devido à interseccionalidade entre racismo, desigualdade de gênero e barreiras de acesso aos serviços de saúde (DOMINGOS *et al.*, 2024).

O aumento da obesidade e da inatividade física, frequentemente associados a fatores econômicos e culturais, são determinantes relevantes para a incidência de DCNT em mulheres (OLIVEIRA; WENGER, 2023). Dados do estudo Vigitel 2021 revelam que 22,6% das mulheres no Brasil são obesas, sendo que a prevalência aumenta até os 64 anos e diminui com maior escolaridade (OLIVEIRA; WENGER, 2023). Além disso, pesquisas demonstram que a hipertensão arterial entre mulheres encarceradas e a presença de doenças crônicas em mulheres com câncer de mama refletem a influência dos determinantes sociais da saúde na população feminina (SILVA *et al.*, 2023; CRUZ *et al.*, 2021).

As desigualdades regionais também impactam diretamente a prevalência de DCNT. No Norte e Nordeste, por exemplo, a mortalidade por acidente vascular

cerebral é maior entre mulheres, enquanto a obesidade e a hipertensão arterial apresentam taxas preocupantes em mulheres indígenas, quilombolas e rurais (ABRITTA *et al.*, 2021; MOTA, 2021). A falta de políticas públicas eficazes e o acesso desigual aos serviços de saúde agravam essas disparidades (DOMINGOS *et al.*, 2024).

Diante desse contexto, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: Como os determinantes sociais da saúde influenciam a prevalência de doenças crônicas em mulheres no Brasil. Para isso, o objetivo geral deste estudo é analisar a relação entre os determinantes sociais da saúde e a prevalência de doenças crônicas em mulheres brasileiras, considerando diferentes contextos socioeconômicos e regionais. Como objetivos específicos, pretende-se: investigar quais fatores sociais e ambientais estão mais associados às DCNT em mulheres; avaliar a disparidade na distribuição dessas doenças entre diferentes grupos sociais; e discutir estratégias para mitigar os efeitos das desigualdades na saúde feminina.

MÉTODO

O presente estudo configura-se como um ensaio teórico, uma abordagem qualitativa voltada para a reflexão crítica e a interpretação de literatura acadêmica relevante, sem a necessidade de coleta de dados primários ou análise estatística. O ensaio teórico, conforme Meneghetti (2011), caracteriza-se pela produção de novos conceitos e análises sobre um fenômeno, possibilitando o aprofundamento teórico, a identificação de lacunas no conhecimento e a proposição de novas perspectivas analíticas. No contexto desta pesquisa, essa abordagem permite uma análise detalhada da relação entre os determinantes sociais da saúde e a prevalência de doenças crônicas em mulheres no Brasil, considerando aspectos estruturais e desigualdades sociais que influenciam a saúde feminina.

Para a construção do ensaio, foi realizada uma revisão narrativa da literatura, com a seleção de estudos publicados em periódicos científicos, dissertações e teses disponíveis em bases de dados reconhecidas, como SciELO, PubMed, LILACS e Google Acadêmico. Foram priorizados materiais que abordam a interseccionalidade entre desigualdades sociais, gênero e saúde, além de pesquisas sobre o impacto de

fatores como pobreza, escolaridade, raça/etnia e acesso a serviços de saúde na incidência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) em mulheres. O processo de seleção seguiu critérios bem definidos, garantindo a qualidade e a relevância das fontes utilizadas.

Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados entre 2009 e 2024, para garantir atualização das discussões teóricas; trabalhos que abordam determinantes sociais da saúde, desigualdade de gênero e doenças crônicas em mulheres; e pesquisas realizadas no Brasil ou que apresentem dados comparativos internacionais relevantes para a realidade brasileira. Já os critérios de exclusão envolveram estudos que tratam exclusivamente de doenças crônicas sem relação com os determinantes sociais da saúde, pesquisas com foco apenas em populações masculinas ou infantis e materiais indisponíveis em acesso aberto ou sem rigor metodológico suficiente.

A análise dos materiais selecionados foi conduzida de maneira crítica e reflexiva, organizada a partir de quatro eixos temáticos: (I) as desigualdades socioeconômicas e o acesso à saúde, discutindo o impacto da renda, escolaridade e condições de trabalho na vulnerabilidade feminina às DCNT; (II) a influência da raça e etnia na prevalência dessas doenças, abordando a saúde de mulheres negras, indígenas e quilombolas no Brasil; (III) o efeito das condições ambientais e urbanização, incluindo saneamento básico, exposição a poluentes e localização geográfica como fatores determinantes; e (IV) a carga de trabalho e o impacto do gênero na saúde feminina, considerando a sobrecarga da dupla jornada e seu reflexo na incidência de doenças crônicas.

Por tratar-se de um ensaio teórico, este estudo não tem como objetivo a validação empírica de hipóteses, mas sim a construção de uma reflexão aprofundada sobre as desigualdades estruturais que condicionam a saúde das mulheres no Brasil. A ausência de análise de dados primários é compensada pela riqueza da discussão teórica e pelo diálogo entre diferentes referenciais, o que possibilita a ampliação do entendimento sobre a relação entre determinantes sociais da saúde e DCNT.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos determinantes sociais da saúde e sua influência na prevalência de doenças crônicas não transmissíveis em mulheres no Brasil, emergem diversas relações entre fatores socioeconômicos, raciais, ambientais e comportamentais que impactam negativamente a saúde feminina. A interseccionalidade entre gênero, classe e raça demonstra que mulheres em situação de vulnerabilidade estão mais expostas aos fatores de risco para essas doenças, o que reforça as desigualdades estruturais na saúde pública brasileira.

Desigualdade Socioeconômica e Doenças Crônicas em Mulheres

O contexto socioeconômico exerce papel determinante na saúde da mulher. De acordo com Carvalho *et al.* (2021), mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família apresentam maior exposição a fatores de risco para doenças crônicas em comparação às não beneficiárias, destacando-se o tabagismo, obesidade, sedentarismo e má alimentação. Além disso, essas mulheres possuem menor acesso a exames preventivos, como a mamografia e o Papanicolau, refletindo um cenário de desigualdade no cuidado com a saúde feminina.

A obesidade é um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas e sua prevalência está fortemente associada a condições socioeconômicas precárias. Palmeira *et al.* (2021) identificaram que mulheres com excesso de peso apresentam maior percepção negativa sobre sua saúde, principalmente devido às comorbidades associadas, como hipertensão arterial, diabetes e problemas cardiovasculares. A autopercepção negativa da saúde nessas mulheres está diretamente relacionada à falta de acesso a serviços médicos adequados, além da dificuldade de adesão a hábitos saudáveis devido a barreiras financeiras e sociais.

Outro fator crucial é a alimentação inadequada, que influencia diretamente a saúde das mulheres. Estudos demonstram que mulheres em situação de vulnerabilidade possuem menor consumo de frutas, legumes e verduras, além de maior ingestão de alimentos ultraprocessados, ricos em gorduras e açúcares (Carvalho *et al.*, 2021). Esse padrão alimentar desfavorável contribui significativamente para o desenvolvimento de doenças crônicas.

Raça, Gênero e a Saúde da Mulher

As desigualdades raciais agravam ainda mais a vulnerabilidade às doenças crônicas entre as mulheres. Domingos *et al.* (2024) apontam que mulheres negras quilombolas enfrentam condições ainda mais adversas, sendo impactadas pelo racismo estrutural, machismo e baixa escolaridade, o que reduz suas oportunidades de acesso a serviços de saúde adequados. A baixa escolaridade também é um fator limitante para a adoção de práticas de prevenção e cuidado com a saúde.

A interseccionalidade entre raça e gênero faz com que mulheres negras sejam mais expostas à hipertensão arterial, diabetes e obesidade, além de apresentarem maior dificuldade no acesso a serviços médicos especializados (Domingos *et al.*, 2024). Esse cenário revela como o racismo estrutural impacta negativamente a saúde das mulheres, perpetuando desigualdades no tratamento de doenças crônicas.

Fatores Ambientais e Urbanização

Outro aspecto importante na determinação das doenças crônicas em mulheres é o ambiente onde vivem. Estudos indicam que mulheres residentes em áreas urbanas periféricas e rurais apresentam maiores taxas de obesidade e hipertensão devido ao acesso limitado a espaços de lazer, saneamento básico inadequado e dificuldades no acesso aos serviços de saúde (Abritta *et al.*, 2021).

Além disso, a poluição ambiental e a exposição a agrotóxicos são fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas em mulheres que vivem em regiões agrícolas. O contato prolongado com substâncias químicas tóxicas aumenta a incidência de doenças respiratórias crônicas, cânceres e problemas cardiovasculares (Mota, 2021). Esse dado reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a regulação ambiental e proteção da saúde feminina em áreas de risco.

Carga de Trabalho e Impacto na Saúde Feminina

O trabalho doméstico e a dupla jornada de trabalho são fatores que agravam a incidência de doenças crônicas em mulheres. O acúmulo de funções no ambiente doméstico e no mercado de trabalho gera altos níveis de estresse, fadiga crônica e dificuldades no autocuidado, o que contribui para o aumento da hipertensão, obesidade e transtornos metabólicos (Ramalho *et al.*, 2021). A sobrecarga de trabalho

também reduz as oportunidades de prática de atividades físicas e lazer, impactando negativamente a qualidade de vida dessas mulheres.

Silva *et al.* (2023) destacam que mulheres climatéricas, que enfrentam a transição para a menopausa, são particularmente afetadas pela falta de suporte social e acesso limitado a serviços de saúde especializados. Muitas dessas mulheres enfrentam dificuldades para lidar com os sintomas do climatério, como alterações hormonais, insônia, depressão e osteoporose, o que aumenta a necessidade de intervenções voltadas para esse grupo.

Saúde Mental e Doenças Crônicas em Mulheres

O impacto da saúde mental na incidência de doenças crônicas também é um fator relevante. Souza *et al.* (2021) apontam que a depressão pós-parto é um problema frequente entre mulheres brasileiras, muitas vezes agravado pela falta de suporte familiar e pelas dificuldades financeiras. Mulheres que sofrem de depressão pós-parto apresentam maior predisposição ao desenvolvimento de obesidade, hipertensão e transtornos metabólicos, além de enfrentarem dificuldades no autocuidado e na adesão a tratamentos médicos.

Além disso, o estresse crônico e os transtornos de ansiedade aumentam significativamente o risco de doenças cardiovasculares e metabólicas em mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A ausência de suporte psicológico adequado agrava ainda mais essa realidade, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas para a saúde mental das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os determinantes sociais da saúde exercem influência direta sobre a prevalência de doenças crônicas em mulheres no Brasil, evidenciando que fatores como desigualdade socioeconômica, racismo, ambiente urbano precário, carga de trabalho excessiva e saúde mental comprometida aumentam significativamente os riscos para essas doenças. A interseccionalidade entre gênero, raça e classe social mostra que as mulheres mais vulneráveis são as mais afetadas por essas

enfermidades, devido à combinação de barreiras de acesso à saúde, dificuldades financeiras e falta de suporte social.

Diante desse cenário, torna-se essencial a formulação de políticas públicas intersetoriais que promovam equidade na saúde feminina, com estratégias que incluam ampliação do acesso à saúde, programas de incentivo à alimentação saudável, suporte psicológico e redução das desigualdades socioeconômicas. Além disso, é fundamental o desenvolvimento de ações afirmativas para garantir que mulheres negras, quilombolas e indígenas tenham acesso a serviços de saúde de qualidade, combatendo as disparidades estruturais que perpetuam a desigualdade no tratamento das doenças crônicas no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRITTA, Marina Luiza Resende; TORRES, Shayane Ribeiro; FREITAS, Daniel Antunes. Saúde das mulheres indígenas na América Latina: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Saúde Funcional**, v. 9, n. 1, p. 164-165, 2021. DOI: 10.25194/rebrasf.v9i1.1449.

CARVALHO, Quéren Hapunque de. et al. Distribuição de indicadores de doenças crônicas não transmissíveis em mulheres adultas beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família — Vigitel 2016–2019. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, 2021. DOI: 10.1590/1980-549720210011.supl.1.

CRUZ, Lóris Aparecida Prado da; MIALICH, Mirele Savegnago; SILVA, Bruna Ramos da et al. Doenças crônicas não transmissíveis em mulheres com câncer de mama. **Revista Recien**, v. 11, n. 34, p. 100-109, 2021. DOI: 10.24276/rrecien2021.11.34.100-109.

DOMINGOS, Laisa Liane Paineiras et al. Mulheres negras quilombolas - O racismo articulado a outros determinantes sociais e seus impactos na saúde e autonomia reprodutiva: uma revisão integrativa. **Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva, Salvador**, v. 5, n. e20545, p. 1-15, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.13899045.

MENEGETTI, F. K. O que é um ensaio teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011. DOI: 10.1590/S1415-65552011000200010.

MOTA, Georgiane Silva. **Determinantes sociais da saúde e fatores de risco para sífilis em mulheres de uma comunidade rural**. 2021. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

OLIVEIRA, Gláucia Maria Moraes de; WENGER, Nanette Kass. Manejo das doenças cardiovasculares em mulheres: é trabalho de todos. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 120, n. 5, 2023. DOI: 10.36660/abc.20230250.

PALMEIRA, Cátia Suely. et al. Autopercepção de saúde de mulheres com excesso de peso. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, e499101523151, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i15.23151.

RAMALHO, Matheus Almeida. et al. Prática educativa na área da saúde da mulher: relato de experiência. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, e276101119428, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i11.19428.

SILVA, Paula Negrão da et al. Hipertensão em mulheres presas no Brasil: muito além do biológico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 1, p. 1067-1072, 2023. DOI: 10.1590/1413-81232023281.10672022.

SILVA, Leidiany Souza; SOUZA. et al. Promoção da saúde da mulher climatérica: um estudo do perfil de saúde e qualidade de sono. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 20, n. 3, p. 277-296, 2023. DOI: 10.54033/cadpedv20n3-025.

SOUZA, Naiana Kimura Palheta de; MAGALHÃES, Edivane Queiroz; RODRIGUES JUNIOR, Omero Martins. A prevalência da depressão pós-parto e suas consequências em mulheres no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, e597101523272, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i15.23272.